



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIV — N.º 192

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 1959

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 3 de dezembro próximo, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 3.561, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1959, no Senado Federal, que dispõe sobre a criação e organização do Quadro de Material Bélico, das Armas de Comunicações e de Engenharia, regula as condições de Quadro de Técnicos da Ativa e dá outras providências.

Senado Federal, em 10 de novembro de 1959

Senador Filinto Müller

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Instalação da 1.ª Sessão Legislativa Extraordinária da 4.ª Legislatura

Convocado o Congresso Nacional, nos termos do art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, por mais de um terço da Câmara dos Deputados, para se reunir, extraordinariamente, de 18 de janeiro a 25 de fevereiro de 1960, conforme comunicação constante do ofício n.º 2.129, de 24 do mês em curso, da mesma Casa ao Senado Federal, publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção II) de 27 do mesmo mês (página 2.977), faço saber que a instalação dos trabalhos da sessão legislativa assim convocada, se realizará no dia 18 de janeiro de 1960, às 15 horas, no Palácio Tiradentes.

Senado Federal, em 27 de novembro de 1959

Senador Filinto Müller

Vice-Presidente do Senado, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do artigo 47, letra p, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 25, de 1959

Artigo único — É concedida aposentadoria a Luiza Berg Cabral, Taquígrafa-Revisora, padrão PL-3, nos termos dos artigos 134, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 e 1.º da Resolução n.º 134, de 15 de outubro de 1958, na Câmara dos Deputados, combinados com o artigo 2.º da Resolução n.º 10, de 15 de dezembro de 1959, do Senado Federal, incorporando-se aos proventos da aposentadoria a gratificação adicional correspondente.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1959

Senador Filinto Müller

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

28.ª Sessão conjunta

1.ª Sessão Legislativa Ordinária

da 4.ª Legislatura

Em 3 de dezembro de 1959, às 21,00 horas,
no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.561, de 1957, na Câmara dos Deputados e 92, de 1959, no Senado Federal, que dispõe sobre a criação e organização do Quadro de Material Bélico, das Armas de Comunicações e de Engenharia, regula as condições de extinção do Quadro de Técnicos da Ativa e dá outras providências; tendo Relatório sob número 26, de 1959, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 46 do Regimento Comum.

MESA

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente — Senador Filinto Müller
1.º Secretário — Senador Cunha Mello
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti
3.º Secretário — Senador Gilberto Marinho
4.º Secretário — Senador Novaes
1.º Suplente — Senador Matias Olympio
2.º Suplente — Senador Heribaldo Vieira

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Lider — Lameira Bittencourt.

Vice-Líderes:

Victorino Freire
Jetterson de Aguiar.
Moura Andrade.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Lider — Agostinho de Figueiredo

Vice-Líderes:

Vivaldo Lima
Santo Ramos
Barros Carvalho

Gilberto Marinho
Novaes Filho
Matias Olympio.
Heribaldo Vieira.
Secretário — Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

Lider — Lameira Bittencourt.

Vice-Líderes:

Victorino Freire
Jetterson de Aguiar.
Moura Andrade

DA MINORIA

Lider — João Villasboas
Vice-Lider — Rui Palmeira.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Lider — João Villasboas

Vice-Lider — Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADARIO

Lider — Otávio Mangabeira

Vice-Lider — Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Lider — Atílio Vivacqua

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Lider — Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Gaspár Velloso — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Ary Vianna
Francisco Gallotti

Victorino Freire.
Moura Andrade.
Paulo Fernandes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Barros de Carvalho.
Daniel Krieger.
Fernandes Fávora.
Saul Ramos.
Irineu Bornhausen.
Fernando Corrêa.
Dix-Huit Rosado.
Mem de Sá

PSD

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Rui Carneiro.
4. Jarbas Maranhão.
5. Taciano de Melo.
6. Eugênio de Barros.

PTB

1. Leonidas Mello.
2. Caiado de Castro.
3. Arlindo Rodrigues.
4. Zacarias de Assunção.
5. Guido Mondim.

UDN

1. Milton Campos.
2. Padre Calazans.
3. Rui Palmeira.
4. Coimbra Bueno.
5. João Arruda.

PL

1. Otávio Mangabeira.
Secretário — Renato de Almeida Chermont.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

ORÇAMENTO PARA 1960

Divisão por anexos e subanexos com os respectivos Relatores

Anexo nº

- 1 — Receita — Sen. Barros de Carvalho.
- 2 — Poder Legislativo — Sen. Milton Campos.
- 01 — Câmara.
- 02 — Senado.
- 3 — Órgãos Auxiliares.
- 01 — Tribunal de Contas — Sen. Fernandes Fávora.
- 02 — Conselho Nacional de Economia — Sen. Fernandes Fávora.
- 4 — Poder Executivo.
- 01 01 — Presidência da República — Sen. Fernando Corrêa.
- 02 — Departamento Administrativo do Serviço Público — Sen. Fernando Corrêa.
- 03 — Estado Maior das Forças Armadas — Sen. Fernando Corrêa.
- 04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas — Sen. Fernando Corrêa.
- 05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sen. Fernando Corrêa.
- 06 — Comissão do Vale do São Francisco — Sen. Dix-Huit Rosado.
- 07 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica — Sen. Fernando Corrêa.
- 08 — Conselho Nacional do Petróleo — Sen. Fernando Corrêa.
- 09 — Conselho de Segurança Nacional — Sen. Fernando Corrêa.
- 10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Sen. Dix-Huit Rosado.
- 11 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira do Nordeste do País — Sen. Daniel Krieger.
- 4 — 12 — Ministério da Aeronáutica — Sen. Barros de Carvalho.
- 13 — Ministério da Agricultura — Sen. Paulo Fernandes.
- 14 — Ministério da Educação e Cultura — Sen. Daniel Krieger.
- 15 — Ministério da Fazenda — Sen. Moura Andrade.
- 16 — Ministério da Guerra — Sen. Guido de Barros.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 11

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 35,00
Ano Cr\$ 70,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- 17 — Ministério da Justiça — Sen. Victorino Freire.
- 18 — Ministério da Marinha — Sen. Saulo Ramos.
- 19 — Ministério das Relações Exteriores — Sen. Mem de Sá.
- 20 — Ministério da Saúde — Sen. Fausto Cabral.
- 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Sen. Lima Guimarães.
- 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — Sen. Francisco Gallotti.
- 3 — Poder Judiciário — Sen. Ary Vianna.
- 01 — Supremo Tribunal Federal.
- 02 — Tribunal Federal de Recursos.
- 03 — Justiça Militar.
- 04 — Justiça Eleitoral.
- 05 — Justiça do Trabalho.
- 06 — Justiça do Distrito Federal.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Benedito Valadares
Jefferson de Aguiar.
Rui Carneiro
Lima Guimarães
Argemiro de Figueiredo.
Rui Palmeira
Milton Campos
Athílio Vivacqua

Suplentes

- PSD:
1. Gaspar Velloso.
 2. Jarbas Maranhão.
 3. Francisco Gallotti.
 4. Ary Vianna.

-PTB-

1. Mourão Vieira.
2. Barros de Carvalho.
3. Guido de Barros.

UDN:

1. Afonso Arinos.
 2. João Arruda.
 3. João Villasboas.
- Secretaria — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
- Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas e 30 minutos.

Comissão de Economia

Ary Vianna — Presidente
Fernandes Fávora — Vice-Presidente

Lino de Mattos (*).
Lima Teixeira
Lima Guimarães
Taciano de Melo
Leonidas de Mello.
Guido Mondim
Joaquim Parente

Suplentes

- PSD:
1. Eugênio Barros.
 2. Jefferson de Aguiar.
 3. Moura Andrade.

-PTB-

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Fausto Cabral.
3. Souza Naves.

-PTB-

1. Lourival Fontes.

UDN:

1. Reginaldo Fernandes.
2. Fernando Corrêa.

Secretaria — Romilda Duarte, Oficial Legislativo, classe N.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15,30 horas.

* Substituto temporário, em substituição de Menezes Pimentel.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Rui Carneiro — Vice-Presidente.
Caiado de Castro.
João Arruda.
Jefferson de Aguiar.
Menezes Pimentel.
Souza Naves.
Lino de Mattos.
Irineu Bornhausen.

Suplentes

PSD:

1. Ary Vianna.
2. Francisco Gallotti.
3. Sebastião Archer.

PTB:

1. Lourival Fontes.
2. Vivaldo Lima.
3. Miguel Couto.

UDN:

1. Dix-Huit Rosado.
 2. Padre Calazans.
- Secretaria — Eulália C. de Sá.
- Reuniões — Quartas-feiras, às 16,30 horas.
- Fernando Corrêa.
Pedro Ludovico.
Zacarias de Assunção.

Comissão de Redação

1. Mourão Vieira — Presidente.
2. Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3. Afonso Arinos.
4. Ary Vianna.
5. Padre Calazans.

Suplentes

P S D:

1. Menezes Pimentel.
2. Rui Carneiro.

U D N:

1. Daniel Krieger.
2. Joaquim Parente.

P I B:

1. Lourival Fontes.
- Secretaria — Cecília de Rezende Martins.
- Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspar Velloso
Moura Andrade.
Lourival Fontes.
Miguel Couto
Vivaldo Lima.
Rui Palmeira.
Mem de Sá

Suplentes

PSD:

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Paulo Fernandes.

-PTB-

1. Lima Guimarães.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Mourão Vieira.

UDN:

1. Milton Campos.
2. João Villasboas.

PL:

Otávio Mangabeira
Secretário — João Batista Castejon
Relator Oficial Legislativo
Reuniões — Quartas-feiras às 16,30 horas

Suplentes

PSD:

1. Moura Andrade.
2. Sebastião Archer.

-PTB-

1. Lima Teixeira.
2. Vivaldo Lima.

UDN:

1. Afonso Arinos.
2. Milton Campos

PL:

Otávio Mangabeira.
Secretária — Diva Gallotti, Ofi-
cial Legislativo
Reuniões — Quartas-feiras, às 16
horas

Comissão de Segurança
Nacional

Jefferson de Aguiar — Presidente
Calado de Castro — Vice-Presidente
Fernando Corrêa
Jarbas Maranhão
Jorge Maynard
Pedro Ludovico
Zacarias de Assumpção

SUPLENTE

PSD

- 1 — Francisco Gallotti.
- 2 — Ruy Carneiro.
- 3 — Taciano de Mello.

PTB

- 1 — Saulo Ramos.
- 2 — Lima Teixeira.

Secretária: Maria do Carmo Ron-
don Ribeiro Saraiva — Oficial Legis-
lativo "PL-7".

Reuniões: Quintas-feiras às 16 ho-
ras.

Comissão de Serviço Público
Civil

Daniel Krieger — Presidente.
Jarbas Maranhão — Vice-Presi-
dente.

Ary Vianna
Calado de Castro.
Arlindo Rodrigues
João Parente.
Mem de Sá.

Suplentes:

PSD:

1. Rui Carneiro.
2. Moura Andrade.

PTB:

1. Leônidas Melo.
2. Zacarias de Assunção.

UDN:

1. Coimbra Bueno.
2. Padre Calazans.

PL:

Otávio Mangabeira.

Secretária — Lia da Cunha For-
tuna, Oficial Legislativo.
Reunião — Sextas-feiras, às 16
horas.

Comissão de Educação
e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Padre Calazans — Vice-Presidente.
Jarbas Maranhão.

Comissões Especiais

Comissão Especial de Revisão
do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.
Cunha Mello — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar.
Menezes Pimentel.
Atílio Vivacqua.
Secretário — José da Silva Lisboa.

Comissão Especial de Estudos
aos Problemas da Sêca
do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Jorge Maynard — Relator.
Arlindo Rodrigues.
Francisco Gallotti.
Secretário — José Geraldo da
Cunha.

Comissão Especial do Vale
do Rio Doce

1. Benedito Valadares — Presidente.
2. Jorge Maynard — Vice-Presi-
dente.
3. Atílio Vivacqua.
4. Lima Teixeira.
5. Rui Palmeira.

Secretária — Cecília de Resende
Martins.

Comissão Especial de Estudo
da Política de Produção e
Exportação.

Lima Teixeira — Presidente
Fernandes Távora — Vice-Presi-
dente.

Gaspar Velloso.
Mourão Vieira.
Francisco Gallotti.
Gilberto Marinho (1).
Atílio Vivacqua.
Guido Mondin (2).

1) Substituído temporariamente pelo
Sr. Taciano de Mello.

2) Substituído temporariamente pelo
Sr. Bandeira Vaughan.

3) Substituído temporariamente
pelo Sr. Ary Vianna.

4) Substituído temporariamente
pelo Sr. Vivaldo Lima.

Secretário — Mécio dos Santos
Andrade.

Comissão Especial incumbida
de emitir parecer sobre o
Projeto de Emenda à Cons-
tituição n. 2, de 1959, que
acrescenta dispositivos ao
Artigo 4.º do Ato das Disposi-
ções Constitucionais Tran-
sitórias.

Cunha Mello — Presidente.
Milton Campos — Vice-Presidente.

Menezes Pimentel — Relator.
Benedito Valadares.

Jefferson de Aguiar.
Ruy Carneiro.

Gaspar Velloso.
Gilberto Marinho.

Louival Fontes.
Lima Guimarães.

Argemiro de Figueiredo.
Vivaldo Lima.

Daniel Krieger.
Rui Palmeira.

Afonso Arinos.
Atílio Vivacqua.

Secretário — Mécio dos Santos
Andrade.

Comissão Especial incumbida
de emitir parecer sobre o
Projeto de Emenda à Cons-
tituição n. 1, de 1959, que
dispõe sobre a organização
Político-Administrativa e Ju-
diciária da Futura Capital da
República.

Cunha Mello — Presidente.

Milton Campos — Vice-Presidente.

Menezes Pimentel — Relator.

Benedito Valadares.
Jefferson de Aguiar.

Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.

Louival Fontes.
Lima Guimarães.

Taciano de Mello.
Argemiro de Figueiredo.

Vivaldo Lima.
Daniel Krieger.

Rui Palmeira.
Afonso Arinos.

Atílio Vivacqua.
Secretário — Mécio dos Santos
Andrade.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Saúde Pública

(7ª REUNIÃO REALIZADA EM 9 DE
NOVEMBRO DE 1959)

Aos nove de novembro de mil. ro-
centos e cinquenta e nove, às 16 ho-
ras, na sala anexa ao Plenário, reu-
niu-se a Comissão de Saúde Pública,
sob a presidência do Sr. Senador Re-
ginaldo Fernandes, com a presença
dos Senhores Senadores Miguel Cou-
to, Pedro Ludovico e Fernando Cor-
rêa.

Deixa de comparecer, com causa
justificada o Sr. Senador Alô Gui-
marães.

Foi lida e aprovada, sem altera-
ções, a ata da sessão anterior.

O Sr. Presidente emite o seu pa-
recer favorável ao Projeto de Lei da
Câmara nº 36, de 1959, que provê sô-
bre a execução de obras do Hospital
Regional de Tuberculose de Santa
Maria, no Rio Grande do Sul.

Submetido à votação, foi aprovado.

O Sr. Miguel Couto, lê o seu pa-
recer favorável ao Projeto de Lei do
Senado nº 26, de 1959, que modifica
o art. 38 do Decreto nº 20.931, de 11
de janeiro de 1932, e dá outras pro-
vidências (Ap. pelo Sr. Senador Fer-
nandes Távora).

Submetido à votação, foi aprova-
do por unanimidade.

— ao Sr. Senador Pedro Ludovico
foi distribuído o Projeto de Lei da
Câmara nº 76-59, que concede auxílio
especial às jornadas Médico-Cirúrgi-
cas, de Uruguaiana.

— ao Sr. Senador Alô Guima-
rães o Projeto de Lei da Câmara nú-
mero 138, de 1959, que autoriza o
Poder Executivo a abrir, pelo Minis-
tério da Saúde, o crédito especial de
Cr\$ 10.000.000,00 destinado aos hos-
pitaes mantidos pelo Instituto de
Assistência Hospitalar do Estado do
Piauí.

— ao Sr. Senador Fernando Cor-
rêa, foi distribuído o Projeto de Lei
da Câmara nº 128, de 1959, que au-
toriza o Poder Executivo a abrir o
crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00
em favor do Hospital Espírito André
Luiz, de Belo Horizonte.

— o Sr. Presidente avocou o Pro-
jeto de Lei da Câmara nº 152, de
1959, que autoriza o Poder Executivo
a abrir, pelo Ministério da Saúde o
crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00
destinado à construção do Hospital
Getúlio Vargas, em Manaus.

Nada mais havendo a tratar, o Se-
nhor Presidente encerra a reunião, da
qual, eu, Alva Lúrio Rodrigues, Se-
cretária, lavrei a presente Ata que,
depois de aprovada, será assinada
pelo Senhor Presidente.

ATA DA 186.ª SESSÃO, DA 1.ª
SESSÃO LEGISLATIVA, DA
4.ª LEGISLATURA, EM 30
DE NOVEMBRO DE 1959PRESIDÊNCIA DO SR. FILINTO
MÜLLER

As 14 horas e 30 minutos acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello —
Lameira Bittencourt — Zacharias de
Assumpção — Lobão da Silveira —
Victorino Freire — Eugênio Barros —
Leônidas Mello — Matias Olímpio —
João Parente — Fausto Cabral —
Fernandes Távora — Menezes Pi-
mentel — Sérgio Marinho — Reginal-
do Fernandes — Dix-Huil Rosado —
Argemiro de Figueiredo — João Arru-
da — Ruy Carneiro — Nogueira Filho —
Jarbas Maranhão — Barros Car-
valho — Freitas Cavalcanti — Ruy

Palmeira — Silvestre Péricles — Lou-
rival Fontes — Heribaldo Vieira —
Ovidio Teixeira — Lima Teixeira —
Otávio Mangabeira — Atílio Vi-
vacqua — Ary Vianna — Jefferson
de Aguiar — Paulo Fernandes — Ar-
lindo Rodrigues — Miguel Couto —
Calado de Castro — Gilberto Mari-
nho — Afonso Arinos — Benedito
Valadares — Lima Guimarães —
Moura Andrade — Lino de Mattos —
Coimbra Bueno — Taciano de Mello —
João Villasbôas — Filinto Müller —
Fernando Corrêa — Gaspar Velloso —
Souza Naves — Francisco Gallotti —
Saulo Ramos — Irineu Bornhaug-
sen — Daniel Krieger — Mem de
Sá — Guido Mondin — (56).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o com-
parecimento de 56 Srs. Senadores.
Havendo número regimental decla-
rada aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Naves Filho, 4º Secretá-
rio, servindo de 2º, procede à lei-
tura da ata da sessão anterior,
que, posta em discussão, é sem
debate aprovada.

O Sr. Cunha Mello, 1º Secre-
tário, lê o seguinte

Expediente

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República:
— Nº 220, de 1959, acusando e agra-
decendo o recebimento da de nº 54,
comunicando haver sido aprovado o
veto ao Projeto de Lei da Câmara
nº 64, de 1957, que estabelece normas
para colonização de terras do Polí-
gono das Secas;

— Ns. 221 e 223, restituindo autó-
grafos, já sancionados, dos seguintes
Projetos de Lei da Câmara:

— Nº 88, de 1959, que autoriza o
Poder Executivo a abrir, pelo Minis-
tério da Saúde, o crédito especial de
Cr\$ 5.500.000,00, destinado ao paga-
mento de dívida contraída pela Liga
Baiana Contra o Câncer;

Nº 90, de 1959, que autoriza o Po-
der Executivo a abrir, pelo Minis-
tério da Saúde, o crédito especial de
Cr\$ 500.000,00 para despesas com o V.
Congresso Nacional de Cirurgia, e

— Nº 127, de 1959, que autoriza o
Poder Executivo a abrir o crédito es-
pecial de Cr\$ 3.000.000,00, para aten-
der a despesas com o Campeonato
Mundial de Vela da Classe Snipe, a
realizar-se em Porto Alegre.

OFÍCIO

Da Câmara dos Deputados, sob nº
2.174, encaminhando autógrafos.

Projeto de Lei da Câmara
N. 177, de 1959

(Nº 4.845-B, DE 1959, NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS)

Concede o auxílio de Cr\$
42.000.000,00 a populações ribei-
rinas vítimas de inundações.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º E' o Poder Executivo au-
torizado a abrir, pelo Ministério da
Viação e Obras Públicas, o crédito
especial de Cr\$ 42.000.000,00 (qua-
renta e dois milhões de cruzeiros)
para socorrer as populações vítimas
das inundações dos rios Guaiabá, no
Estado de Mato Grosso, Madeira, e
Purus, no Estado do Amazonas.

Art. 2º O crédito estabelecido no
artigo anterior será aplicado median-
te prévio levantamento dos prejuízos
sofridos pelas prefeituras dos seguin-
tes Municípios:

I — Guaiabá, Estado de Mato Gros-
so, até 30.000.000,00;

II — Humaitá e Boca do Acre, Es-
tado do Amazonas, até 3.000.000,00;

III — Panini, Labrea, Canulma e Tapuá, Estado do Amazonas, até Cr\$ 1.500.000,00.

Art. 3º Os prefeitos municipais ficam obrigados a apresentar ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 120 (cento e vinte) dias do recebimento do crédito respectivo, a documentação comprobatória da empregabilidade das importâncias recebidas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Parecer n. 832, de 1959

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado, nº 36, de 1959, que acrescenta um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 2.674, de 8 de dezembro de 1955.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei do Senado, nº 36, de 1959, visa aplicar a servidores lotados no Tribunal Marítimo os benefícios ou efeitos da Lei número 2.764, de 8 de dezembro de 1955. — Esta Lei criou o Quadro do Pessoal da Secretaria daquele Tribunal e assegurou o direito de aproveitamento no mesmo aos funcionários efetivos e servidores estáveis do Ministério da Marinha, integrantes do corpo instrutivo do Tribunal Marítimo. — Não foram, assim, beneficiados os que não eram efetivos nem estáveis. — A estes, porém, pretende amparar o Projeto em causa, invocando, para tanto, o art. 1º da Lei nº 284, de 9 de agosto de 1954 — que equiparava os funcionários extranumerários da União e das autarquias, com mais de cinco anos de serviços ininterruptos ou não, aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

O Projeto em causa, data vênio do seu eminente autor, fere de algum modo as regras da técnica legislativa.

Deveria constituir uma proposição especial e não uma emenda aditiva, a uma lei em pleno vigor.

Mesmo deixando à margem esse caráter intempestivo do Projeto, que poderia ser facilmente corrigido, parece-nos que ele se apresenta, com pecados maiores. — É assim que manda aplicar aos servidores a que se refere, um texto legal inexistente, qual seja o art. 1º da Lei nº 2.224, de 9 de agosto de 1954. Esse artigo foi vetado pelo Presidente da República, como se vê dos elementos que instruem o processo.

O Projeto, visando, assim, estender a funcionários públicos benefícios de uma lei inexistente, torna-se inócuo e sem condições para tramitar no Congresso.

Ademais, não poderíamos considerar-lo constitucional. Ele se conflete com o art. 188, nos I e II da Lei Maior, que só assegura estabilidade aos funcionários quando estes, sendo efetivos e nomeados por concurso, tenham mais de dois anos de exercício; ou tenham mais de cinco quando, sendo efetivos, tenham sido nomeados sem concurso.

Isso posto, consideramos, data vênio, o Projeto de Lei nº 36, de 1959, além de inócuo constitucional.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1959. — Lourival Fontes, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Ruy Carneiro. — Lima Guimarães. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto, segundo orador inscrito.

O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, em 1952, o Governo da República criou oficialmente "A Semana de Combate à Lepra", fixando-a na última semana de novembro de cada ano, com expressivo objetivo de se fazer a propaganda de todos os meios capazes de amenizar os efeitos da terrível doença, e de conchamar as autoridades e todas as pessoas de boa vontade a se dedicarem a esse magno problema médico-social que se impõe à humanidade.

No bem-mérito Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi sancionada a lei nº 909 de 1949, instituindo anualmente, durante a Semana de Combate à Lepra, uma emissão de selos Pró-Filho Sadio do Doente de Lepra, a ser aplicado à correspondência que transitar no território nacional, devendo o produto desta venda ser compulsoriamente entregue à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, em benefício da assistência aos filhos sádios dos leprosy.

Esses dois atos legislativos, sancionados e prestigiados pelos Governos, em nome de amparo aos doentes do mal de Hansen e de suas proles, devem ser sempre lembrados como meritórios, a nos estimular na assistência que devemos aqueles que tiveram o infortúnio de caberem nessa desdita, ofertando-lhes todo o auxílio possível e o amparo moral de nossa solidariedade.

Caminhou o mal de Hansen séculos agora, percorrendo o Universo, apavorando populações, na sua sina implacável de estigmatizar as criaturas indefesas à contaminação do mal altamente contagioso, amaldiçoado pela humanidade, que execrava os doentes às maiores humilhações, forçando-os ao isolamento convecivo e deprimente. No degrêdo compulsório sofriam os leprosy a tortura moral e os padecimentos físicos inexoravelmente progressivos. Verdadeiras multidões desses doentes viviam assim aglomerados em Colônias isoladas, sem nenhuma esperança, vendo apenas crescer dia a dia o número de novos companheiros de infortúnio, situação ainda mais agravada pelos filhos de internados, crianças que acabavam sempre contaminadas pelo mal implacável.

A Divina Providência trouxe-nos, finalmente, um raio de luz salvador — o Padre Damião, impellido pelo seu imenso amor à causa dos hansenianos observou que a doença não tinha caráter hereditário e a Ciência mais tarde pôde demonstrar com segurança essa verdade, permitindo, assim, separar os filhos recém-nascidos de pais doentes para levá-los aos Preventórios.

Surgiu, então, entre nós um anjo tutelar de todas essas criancinhas amaldiçoadas — a veneranda Senhora Eunice Weaver desdobrando-se em atividade, atraído senhoras e moças de boa vontade, para uma notável campanha em favor da assistência aos filhos sádios do doente de lepra.

Em quase todos os Estados do Brasil Eunice Weaver pode hoje apresentar estabelecimentos modieares, abrigados e preparados para receberem o recém-nascido e levá-lo à sua juventude, cercado-o sempre de toda a assistência e conforto moral, educando-o e apresentando-o para uma vida feliz.

Essas associações formam mais tarde reunidas em uma Federação pelo mesmo idealismo inspirado por essa admirável mulher brasileira, já consagrada pela nacionalidade, que a levou ao "Livro do Mérito". Fundou-se assim a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros. Esse organismo de projeção mundial, tem sob sua proteção 4.500 crianças, filhos

sádios de lázaros, internados em 29 preventórios mantidos por essa benemérita instituição, que assiste ainda dez mil famílias de doentes de lepra espalhadas por todas as regiões do Brasil.

Sr. Presidente, a Ciência Médica, que nos enche de orgulho nas últimas décadas, pelo seu notável progresso terapêutico, pôde-nos dar meios de amenizar seus terríveis efeitos. Hoje, nos leprosy, o tratamento eficiente já não permite chegar o doente às formas graves letais ou mutiladoras, que transformam as criaturas em verdadeiros espectros. O aperfeiçoamento dessas medicações já consegue hoje muitos casos de curas comprovadas.

Ao presidir a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, tive a fortuna de ali estar e arrastar a Lei que regula o viver do egresso do leprosy. Como Deputado jamais me foi dada maior alegria do que a de poder legislar em favor desses egressos já curados e aptos a trabalhar e volver à sociedade.

Quando o Ministro da Saúde pude visitar aqueles os leprosy de P. S. e começar realmente em vigor esta lei recuperadora desses doentes para a todos, não deficiente, condenados. Tenho ainda bem presente a massa de leprosy à noite, na zona sadia do grande Sanatório de Santa Marta, Goiás, para manifestar ao Ministro expressiva manifestação de reforço pelo tratamento eficaz que lhes atribuiu o Governo.

Era de ver a alegria imensa, a luz da esperança que iluminava os semblantes dos doentes internados nesse isolamento: emocionava sentir o interesse com que acompanhavam e mostravam os exames comprovadores da cura, repetidos mensalmente até o último atestado liberatório.

zMais tarde chegando eu ao Governo do Estado do Rio, pude ainda ter a íntima satisfação de nomear muitos ex-doentes da "Colônia Tavares de Magalhães" em cargos adrede criados para esses egressos, no Serviço Público do Estado do Rio.

Sr. Presidente, sei que o nobre e dinâmico Ministro Mário Pinotti traz sempre em dia todos os assuntos de sua Pasta e assiste com o maior devotamento o grave problema da lepra no Brasil. Contudo, ainda é muito séria a situação. Segundo informes estatísticos, o mal cresce sempre anualmente. Torna-se imprescindível multiplicar em todos os Estados os dispensários especializados para o diagnóstico precoce do leprosy e seu tratamento eficiente, transformando-o em doente benigno, não contagiante.

Sr. Presidente, nosso pensamento, todo transformado em devotamento à causa dos leprosy e de seus filhos sádios, nos obriga a conchamar nesta "Semana de Combate à Lepra" os governantes e todos os brasileiros aos auxílios que devemos aos nossos irmãos vitimados pela doença mais horrenda da humanidade.

Desta alta Tribuna do Senado Federal envio a todos aqueles que vivem ainda em reclusão, e às suas famílias, em perene estado de desalento, a minha solidariedade, e ardentes votos para que a ciência consiga, dentro em breve, eliminar totalmente esses terríveis flagelos. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Noveas Filho, terceiro orador inscrito.

O SR. VAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, em companhia de nobres companheiros, os Srs. Senadores Reinaldo Fernandes, Jefferson de Aguiar, Mourão V e

Clark, tive a alegria de visitar o Arsenal de Marinha a convite de seu ilustre dirigente o Sr. Almirante Saldanha da Gama que, sem dúvida, carrega responsabilidades pelo dóbbo, quais sejam, as inerentes à sua profissão na gloriosa Marinha de Guerra e aquelas advindas do nome tradicional e tão respeitável de que ele é portador, herdado de seus maiores, que tantos exemplos ofereceram ao Brasil, de espírito público e de altos sentimentos patrióticos.

Para mim, foi um grande prazer a visita que realizei, na qual tive o ensaio de fazer diferentes observações, mais com as vistas de administrador do que mesmo com a curiosidade de parlamentar.

Sr. Presidente, durante o longo período da última guerra, tive a honra de ser Prefeito do Recife e entrar em contacto íntimo e cotidiano com representantes das três armas das gloriosas Forças Armadas do Brasil, e, então, senti e medi a extensão do seu fervor patriótico, o seu alto espírito, dedicado e voltado aos serviços da nacionalidade. Eram comandantes, naquela oportunidade: das Forças de Terra, o eminente brasileiro, que é o Marechal Mascarenhas de Moraes; das de Mar, o não menos eminente e digna compatriota que é o Sr. Almirante José Maria Neiva, e das do Ar, essa brilhante e inconfundível figura de patriota, que é o Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes.

Naqueles dias tremendos e ameaçadores que suportamos, no Recife, no longo período da última guerra, pude bem sentir as deficiências das nossas Forças Armadas, valorosas pelo aprimoramento profissional, carentes, porém, de certos elementos indispensáveis ao bom cumprimento do dever.

Visitando o Arsenal de Marinha, pude comprovar, mais uma vez, o espírito de brasilidade e a capacidade realizadora ali reinantes. Fiquei surpreso e, ao mesmo tempo confortado, como brasileiro, ao conhecer de perto suas magníficas instalações. Perfeitamente aparelhados para reparos e conservação das unidades da nossa Marinha de Guerra, destina o Arsenal, ainda, horas de trabalho para atender à iniciativa privada.

Assim é que, de serviços prestados a empresas particulares de navegação e a diferentes indústrias brasileiras, está faturando mensalmente cerca de vinte milhões de cruzeiros. Para o próximo ano, esperam as autoridades navais faturar nada menos que cem milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, sai do Arsenal de Marinha alegre e entusiasmado, porque, se ali encontrei grande equipe de oficiais dedicada a seus mistérios, de maneira singular, encontrei também um operariado apto para o desempenho das tarefas que lhe são deferidas. Várias peças lá fabricadas exigem técnica aprimorada. Dispõe o Arsenal de aparelhamento completo, enviado pela própria indústria de São Paulo. Vi, ainda, trabalhos que a meu espírito de homem voltado para comunhão continental causaram especial satisfação. São feitos sem nenhuma remuneração, a título de cordialidade, de boa vizinhança para com a Marinha de Guerra do vizinho país, o Paraguai.

Sr. Presidente, naquele setor da Marinha de Guerra é realmente primorosa a administração: disciplinada e eficiente, oferece rendimento aos seus quadros e aos próprios cofres nacionais.

Agradecendo a gentileza do convite do Almirante Saldanha da Gama, desejo que fiquem consignados nos Anais desta Casa meus aplausos e as magníficas impressões que colhi naquela visita a um estabelecimento de primeira ordem, que honra as Forças Armadas e sobretudo o espírito de organização e a capacidade de trabalho do povo brasileiro. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.
Não há mais orador inscrito.
Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.
É lido o seguinte:

Requerimento n. 480, de 1959

Na forma do Regimento, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado, dos discursos proferidos pelos Exceentíssimos Senhores Presidentes da República Argentina, Dr. Arturo Frondizi e Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Horácio Lafer, na histórica e imponente solenidade realizada em Buenos Aires, na Casa Rosada, sede do Governo Argentino, terça-feira 24, em que o Supremo Magistrado da grande nação irmã foi agraciado com o Grande Colar da Ordem Cruzeiro do Sul da República do Brasil.

Com o presente requerimento, não só objetivamos incorporar, aos registros do Senado do Brasil, duas magníficas e substanciais peças oratórias e, principalmente, dois importantes documentos da mais alta e significativa expressão política e histórica, em que se reafirma, dando um conteúdo mais concreto, vivo e real, a tradicional e permanente amizade Argentina-Brasileira, como fator indispensável e permanente amizade Argentina-Brasileira, como fator indispensável da existência e funcionamento da unidade e da solidariedade das Américas, através uma vigorosa realização dos objetivos da Operação Pan-Americana, como, do mesmo passo, queremos prestar a calorosa homenagem desta Casa do Congresso Nacional à grande Nação Argentina, no momento em que, sob a direção firme e sábia do Presidente Arturo Frondizi, figura modelar de estadista, com o concurso de homens públicos da estatura do Chanceler Diógenes Taboada e do Ministro Alsogaray, revigora suas tradições democráticas, fortalece a imprescindível amizade das duas grandes Pátrias e realiza impressionante obra de recuperação econômica.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1959. — Lameira Bittencourt, Filinto Müller — João Villasboas — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Novais Filho — Mem de Sá — Lourival Fontes — Menezes Pimentel — Saulo Ramos — Caetano de Castro — Eugênio Barros — Otávio Mangabeira — Miguel Couto — Sérgio Marinho — Dir-Huit Rosado — Fernandes Távora — Gaspar Velloso — Ovídio Teixeira — Freitas Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido, será encaminhado à Comissão Diretora, para emitir parecer.

Sobre a mesa há ainda um outro requerimento, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte:

Requerimento n. 481, de 1959

Senhor Presidente:

Requero, nos termos do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério da Educação e Cultura, as seguintes informações:

1) As dotações consignadas no orçamento vigente em favor da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes foram atingidas pelo chamado Plano de Economia?

2) Em caso afirmativo indicar os valores de cada verba e do corte sofrido, especificando o critério a que o mesmo obedeceu.

3) Quais as escolas efetivamente beneficiadas no corrente exercício e quanto recebeu cada uma delas?

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1959. — Senador Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1958 (n.º 2.392, de 1957, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.600.000,00 para construção de prédio próprio para a Agência Postal Telegráfica na cidade de Capanema, Estado do Paraná, tendo pareceres (ns. 146 e 458; de 1958, e 725; de 1959) da Comissão de Finanças favoráveis ao projeto e contrários às emendas de Plenário (n.º 1 a 3).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n. 482, de 1959

Nos termos do art. 274, letra d, do Regimento Interno, requero seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara n.º 51 de 1958, a fim de que o Ministério da Viação e Obras Públicas, ouvido o Departamento de Correios e Telégrafos, esclareça se foram construídos prédios para agências postais-telegráficas nos municípios de Fonte Boa, no Estado do Amazonas, São Sebastião do Passé, na Bahia, e Joaçaba, em Santa Catarina, com os recursos constantes do Orçamento vigente.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1959. — Freitas Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE:

Em face da decisão do Plenário, o projeto sai da Ordem do Dia para a diligência solicitada.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 97, de 1959 (n.º 4.659, de 1958, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer a despesas feitas com a promoção do Campeonato Pan-Americano de Judo e o comparecimento do Brasil aos Campeonatos Latino Americano de Box e Mundial de Judo, tendo parecer favorável sob n.º 709, de 1959, da Comissão de Finanças.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, por várias vezes tenho vindo à tribuna combater a liberalidade excessiva do Congresso Nacional na concessão de verbas especiais para realização de congressos, reuniões desportivas, festas municipais e outras. Reconheço que na situação atual, quando o Orçamento que acaba de ser votado apresenta o déficit de vinte bilhões de cruzeiros, há necessidade de reprimir esse surto de liberalismo a fim de evitar que ao lado desse Orçamento, já deficitário seja outro resultante dessas concessões, de pensões, auxílios e subvenções.

Sr. Presidente, se muitos desses benefícios se justificam pelos fins a que se destinam e ainda assim considero o momento inoportuno para semelhantes facilidades a proposição que estamos apreciando a mim não se apresenta como de todo merecedora do apoio do Congresso Nacional.

Trata-se de concessão do crédito de três milhões de cruzeiros para cobrir o déficit de despesas realizadas por entidade particular, ou seja, a Confederação Brasileira de pugilismo, com a promoção do Campeonato Pan-Americano de Judo, realizado em São Paulo.

Não vejo qualquer interesse de ordem cultural ou nacional no subvencionamento desses certames, muito menos no auxiliar-se o comparecimento de pugilistas brasileiros aqueles que deverão realizar-se em Lima e em To-

Espero assim, Sr. Presidente, que o Senado, ao menos desta vez, não sobrecarregue o Erário, impedindo que recursos arrancados ao povo saíam, ao povo já escorçado por tantos impostos, sejam desviados para auxílios dessa natureza.

Peço, assim, ao Plenário que rejeite o projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, estou, atualmente, investido da função de Líder da Maioria. Evidentemente, porém, ainda que não tivesse essa qualidade, a qual me autoriza a apelar para os companheiros do bloco majoritário no sentido da aprovação do projeto submetido à deliberação do Plenário — que mereceu parecer favorável da Comissão de Finanças — mesmo, repito, não tivesse eu essa investidura, já agora como Senador do Pará, formularia idêntico apelo, de vez que a proposição autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito necessário à construção de prédio próprio para a Agência Postal Telegráfica na cidade de Capanema no Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:

— Com todo prazer.

O Sr. Freitas Cavalcanti — A requerimento de minha autoria, esse projeto foi retirado da Ordem do Dia, a fim de obterem informações do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:

Agradeço o esclarecimento de V. Ex.ª embora sinceramente não possa por igual, agradecer a diligência requerida pelo eminente amigo a quem sempre presto as homenagens do meu apreço e consideração desde que essa providência impedida, seja a proposição aprovada neste ano legislativo. Declaro, entretanto, que me equivoquei.

Em função da liderança e em cumprimento do meu mandato, tive necessidade de ausentar-me do recinto, cinto.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite V. Ex.ª nova e rápida interrupção de meu discurso. (Assentimento do orador) — Meu pedido de diligência tem um propósito: esclarecer se os prédios das agências postais-telegráficas, que constituíram objeto de emendas do Senado, foram construídos no exercício de 1959. O argumento de que se valeu a Comissão de Finanças do Senado para recusar as emendas dos eminentes colegas, em casos absolutamente idênticos, foi o de que o Orçamento de 1959 consignava recursos para a construção daqueles edifícios. Meu requerimento, portanto, não visou retardar a aprovação do projeto, pelo qual o nobre colega manifesta natural interesse.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:

— Exato: tanto, que, de passagem, me permiti salientar que ele trouxe como resultado, o adiantamento da apreciação da matéria.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Teve apenas o objetivo de ressaltar a iniciativa dos Srs. Senadores que pleitearam idênticos recursos para a construção de prédios destinados a agências postais-telegráficas. Relevante o eminente colega se minha diligência retardar a aprovação daquele Projeto.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:

— Não quis dizer isso: nem haveria motivo para dizê-lo. Sempre mantivemos as melhores relações de cordialidade. Assim, jamais afirmaria que a intenção de V. Ex.ª fosse o retardar o processo cuja aprovação realmente me interessa. Infelizmente, concordará o nobre colega em que o requerimento teve esse alcance. Se me cabia agradecer, como agradeço, os oportunos esclarecimentos de V. Ex.ª, evidentemente não poderia agra-

tiva, de retirar a proposição da Ordem do Dia para ser apreciada já no próximo ano legislativo.

Relativamente ao segundo projeto, de autoria do nosso eminente companheiro de liderança, Senador Jefferson de Aguiar, que abre crédito especial de três milhões de cruzeiros para ocorrer a despesas da Confederação Brasileira de Pugilismo, com a realização do Campeonato Latino-Americano de Boxe e Mundial de Judo, permito-me a dizer, que a tradição da liderança prestigia sempre os pareceres das Comissões Técnicas. No caso, o órgão técnico que apreciou a matéria, foi a Comissão de Finanças, tendo ainda a seu favor a alta autoridade moral de um dos membros da Casa mais cônscios de seus deveres e responsabilidade, mais ciosos da defesa dos interesses e prerrogativas do Senado por um lado e, por outro, do bem público — o Senador Daniel Krieger.

Por esses motivos e como Líder da Maioria apelo para os nobres colegas no sentido de aprovarem o projeto, de acordo com os Pareceres das Comissões. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa).

Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador João Villasboas.

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram o Projeto e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor do Projeto 14 Senhores Senadores, e contra, 9.

Não há número; vai-se proceder à chamada.

Responderam à chamada e votaram "Sim", os Senhores Senadores:

Lameira Bittencourt. — Lobão da Silveira. — Eugênio Barros. — Eustácio Cabral. — Menezes Pimentel. — Barros Carvalho. — Silvestre Pericles. — Arn Vianna. — Miguel Couto. — Caetano de Castro. — Gilberto Marinho. — Gaspar Velloso. — Saulo Ramos. — Mem de Sá. — Guido Mondim (15).

Responderam à chamada e votaram "Não", os Senhores Senadores:

Cunha Mello. — Fernandes Távora. — Sérgio Marinho. — Dir-Huit Rosado. — Novais Filho. — Freitas Cavalcanti. — Ovídio Teixeira. — Afonso Arinos. — João Villasboas — (9).

O SR. PRESIDENTE:

— Votaram a favor do Projeto 15 Senhores Senadores e contra 9.

Não há número; fica adiada a votação.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso, primeiro orador inscrito para esta oportunidade.

O SR. GASPAR VELLOSO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, há duas semanas, aproximadamente, ocupei a tribuna para pedir o apoio das autoridades federais à pretensão dos ferroviários inativos da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, sediada no Paraná e em Santa Catarina, cujos proventos estavam atrasados de dezito meses.

Tive ciência, logo depois, por pessoas ligadas ao Sr. Presidente da República, que S. Ex.ª determinara

respectivo lhe fôsse encaminhado com urgência, a fim de resolver de acordo com o que eu solicitara.

Apesar do esforço demonstrado pelo Sr. Juscelino Kubitschek, até esta data não receberam os inativos da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina o que de justiça lhes pertence e vêm pleiteando com tanto afinho. Passo, Sr. Presidente, à leitura do telegrama que acabo de receber:

"Levamos ao conhecimento de V. Ex^a que a classe ferroviária de Paraná e Santa Catarina, apreensiva com a situação de abandono dos companheiros aposentados, declara-se em assembléia permanente, na Rua André Barros, 762, com o objetivo de conseguir atrair a atenção do Governo, a fim de determinar o pagamento urgente dos proventos atrasados há vinte e três meses, a cargo da União, aos valorosos companheiros. Aguardando medidas capazes de resolver o angustioso problema da classe, esperando conjurar eclosão de justa revolta diante de tão prolongada espera para solução do assunto, solicitamos valiosa colaboração de V. Ex^a junto ao Poder Executivo. Mui respeitosamente, a) *Horácio Martins* — Presidente da Comissão, Miguel Pan, Atílio Miranda, José Cabezon, Alfredo Furiatti, Araújo Perpétuo, membros".

O Sr. Saulo Ramos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GASPARELLO — Recebo com muito prazer o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Saulo Ramos — Meus aplausos à orientação de V. Ex^a dirigindo-se ao Sr. Presidente da República, no sentido de atualizar o pagamento dos aposentados e inativos da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina. Tendo recebido telegrama idêntico ao que V. Ex^a acaba de ler, expedido pelos ferroviários de Santa Catarina, hipoteco meu apoio a Vossa Excelência com o propósito de evitar que os ferroviários da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina entrem em greve. Contamos que o Sr. Presidente da República mandará pagar esses atrasados, que não são de seis, de vinte porém de mais meses.

O SR. GASPARELLO — Vinte e três meses, segundo o telegrama.

Agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem corroborar minha afirmativa, e solicito do Senador Lameira Bittencourt, ilustre líder da Maioria, de ciência ao Sr. Presidente da República, de que suas ordens ainda não foram cumpridas, estando os ferroviários inativos da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina ainda à espera do cumprimento da promessa que lhes foi feita, de que receberiam prontamente os proventos em atraso.

Era, Sr. Presidente, o que queria trazer ao conhecimento da Casa e do Sr. Presidente da República. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos, segundo orador inscrito.

O SR. SAULO RAMOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tive oportunidade de apresentar projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder a Cooperativas e Empresas de Pesca, e Armadores de Barcos Nacionais, pelo prazo de cinco anos, facilidades cambiais, ao custo de câmbio, para importação de barcos pesqueiros, de cem e duas mil toneladas, modernos e bem aparelhados.

Tenho recebido vários apelos de pescadores e armadores nacionais para que a proposição tenha rápida tramitação no Senado. Quando me solicitaram apresentar à consideração do Senado esse desejo dessa numerosa classe, fiz ver, na própria reunião da qual participei, que se tratava de matéria financeira, e que, portanto,

Presidência da República cabia a iniciativa.

Descrentes do Poder Público, fizeram-me os armadores e pescadores veemente apelo no sentido de que, embora vedado pela Constituição, apresentasse o projeto, porque serviria para ferir a atenção das autoridades. Pretendiam desencadear uma campanha de larga envergadura por toda orla marítima.

Algum tempo depois, observamos fato inédito: a eclosão de uma greve de pescadores, no Porto de Santos, com prejuízo da indústria da pesca, que foi a mais próspera do nosso País ao tempo do Brasil colônia. Foram os pescadores brasileiros que conquistaram o nosso Interior, dilataram nossas fronteiras; no entanto, hoje estão relegados, com suas famílias, ao pauperismo, pela falta de assistência do Poder Público.

É a única comunidade de trabalhadores que não tem amparo na legislação social trabalhista e na previdência social. São párias desajustados; e o Brasil, com o seu menso litoral, poderia ser uma nação cuja potência pesqueira competiria com outras de grande projeção internacional.

Assim como o Brasil se firma em torno do café para sua exportação, o Japão, nação pesqueira, faz o mesmo com o atum.

Sr. Presidente, para cumprir o mandato do povo de Santa Catarina e também os compromissos assumidos para com os armadores e pescadores brasileiros, voltarei a esta tribuna, como já fiz por vezes, para pedir a atenção dos Srs. Senadores para essa riqueza, que falta à mesa da maioria dos brasileiros, porque a ela só podem recorrer as famílias mais afortunadas.

Ainda estamos em plena crise da carne, do feijão; e ninguém se lembra de que poderíamos buscar no mar as proteínas para nossa alimentação. Sr. Presidente, nossa pesca é das mais rudimentares. Das cem mil embarcações que possuímos, somente mil são motorizadas; e o que vemos é a invasão das nossas águas por barcos estrangeiros, modernamente equipados, agravando, a cada hora, o desajustamento de nossos heróicos pescadores.

Detentores de um mandato do povo, devemos acentuar, no Senado, a diversificação das classes trabalhadoras do Brasil. Voltarei, portanto, freqüentemente à tribuna, buscando, através de leis, apoio e incentivo para os esforços dos valorosos pescadores.

Sr. Presidente, enviarei a V. Ex^a, atendendo a pedidos que me foram dirigidos, ofício regimental, no sentido de facilitar a tramitação do projeto de lei que ofereci à consideração de meus Pares, que autoriza o Poder Executivo a conceder às Cooperativas de Pesca e Armadores de Barcos Nacionais facilidades cambiais para importação de barcos pesqueiros. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO — PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Não há outro orador inscrito. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a amanhã, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 15,10 h.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR SAULO RAMOS, NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO CORRENTE, QUE SERIA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. SAULO RAMOS:

Sr. Presidente, o Senado aprovou, nesta sessão, o orçamento destinado ao Ministério da Marinha, bem como todas as emendas por mim apresentadas como Relator e aquelas dos Senhores Senadores, com a exclusão da emenda do Senador Coimbra Bueno, referente ao pagamento da última prestação do Porta-Aviões Minas Gerais.

Na discussão e encaminhamento de votação da mesma usaram da palavra além do autor, o Senador Mem de Sá e o Líder da Maioria, Senador Jefferson de Aguiar, tecendo todas considerações várias em torno da matéria.

Pace ao exposto, como Relator, vejo-me na obrigação de ocupar a atenção de meus pares para esclarecer as razões do meu parecer favorável ao subanexo emendas e o parecer contrário à emenda do eminente Senador Coimbra Bueno, que manda suprimir a quantia de Cr\$ 322.000.000,00 e opina pela abertura de crédito em separado.

Sr. Presidente, ao aceitar, na douta Comissão de Finanças, a incumbência de ser o Relator do Orçamento do Ministério da Marinha, nesta Casa, a Nação estava sob o impacto emocional de denúncias infundadas e inverídicas avassalando as consciências por avisadas, no Congresso e em todas as camadas populares, pondo em dúvida os brios e a honradez de nossa tradicional Marinha de Guerra.

Aceitei sem vacilações tal incumbência, a fim de prestar minha modesta colaboração à valorosa e tradicional Marinha Brasileira, que devemos cultivar e prestigiar, com devotamento e patriotismo. E seu titular o Almirante Jorge do Paço Matoso Maia, uma das mais altas expressões de nosso almirantado, que se tem distinguido pelas qualidades morais, austeridade e elevado patriotismo.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. SAULO RAMOS — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Infelizmente, a discussão dos orçamentos militares tem servido de ensejo para as mais graves e injustas censuras às nossas Forças Armadas. O caso da aquisição de um porta-aviões para a nossa Marinha Nacional tem-na colocado na prioridade desses ataques, dos mais injustos. Trata-se de assunto já suficientemente debatido e explicado nas duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. SAULO RAMOS — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, antes de tudo, é uma advertência de experimentado parlamentar e homem público a respeito das críticas que se fazem às Forças Armadas e, agora, principalmente, à Marinha Brasileira, decorrentes de aquisição dum porta-aviões, determinada por compromissos internacionais e inarredáveis pelo País a exemplo de outras nações do hemisfério ocidental.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao examinar a matéria, procurei não me deixar influenciar pelas opiniões em choque. Encarei o problema orçamentário do Subanexo em apreço em seus aspectos, dignos, técnicos e estruturais. Em meio a esses, o item relativo à nova unidade de guerra é meramente incidental. Não poderia servir, por isso mesmo, de motivo de entraves ao severo exame das necessidades efetivas, normais e permanentes da Marinha de Guerra. Procurei, no meu parecer, colocar o Senado acima de qualquer suspeição para que a sua tradição de austeridade, como órgão revisor do Congresso, não

viesses discutir e reavivar as infundadas controvérsias, que levaram espontaneamente ao Sr. Ministro da Marinha Almirante Matoso Maia a proferir declarações em sessão secreta na Comissão de Finanças da Câmara Federal.

Ato simultâneo levou, também, o Primeiro Magistrado da Nação, o Senhor Juscelino Kubitschek a dar entrevista coletiva, para de modo incisivo, prestigiar a nossa Marinha e tranquilizar o povo brasileiro face a celeuma levantada pela compra do porta-aviões Minas Gerais e dizer das razões que levaram o seu Governo a autorizar essa aquisição:

São palavras de S. Ex^a:

"As razões foram várias, e todas igualmente ponderosas. Minha decisão veio obedecer a estudos amadurecidos, feitos neste Governo e nos dois últimos que o antecederam. O Estado-Maior das Forças Armadas, em estudo aprovado pelo Presidente Eurico Dutra, recomendava, em 1949, como um mínimo necessário ao cumprimento das missões atribuídas às nossas Forças Navais, a constituição de uma força-tarefa que, além de várias outras unidades, deveria dispor de dois porta-aviões. Posteriormente, em 1954, o Presidente Getúlio Vargas aprovou uma Exposição do Conselho de Segurança Nacional que também aconselhava a incorporação, à Esquadra, de uma ou mais unidades desse tipo, bem como outro parecer do Estado-Maior das Forças Armadas no mesmo sentido.

Entre essas razões, ressaltarei a que derivou da necessidade de honrar compromissos internacionais, assumidos pelo nosso País. A Junta Interamericana de Defesa, que funciona como um grande Estado-Maior das Nações do Continente — preparando e atualizando planos militares conjuntos, de defesa — atribuiu, a cada um dos países associados, missões específicas, tarefas precisas. Coube à Marinha Brasileira, em cooperação com as Repúblicas vizinhas, a responsabilidade de manter as águas do Atlântico Sul livres da ameaça submarina. Ora, para isso, devíamos possuir pelo menos um porta-aviões".

Sr. Presidente, examinando atentamente a matéria orçamentária, observei que o Anexo da Marinha havia sofrido aumentos relativos a impostos por dispositivos legais, independentes de aquisição do porta-aviões e, grande reduções, conforme assinalai no meu parecer.

"Os aumentos significativos recaíram, sobretudo, em pessoal civil (Cr\$ 340.896.400,00); pessoal militar (Cr\$ 494.304.000,00); pessoal inativo (Cr\$ 682.500.000,00) e, finalmente, pensionistas (ainda despesa relativa a pessoal, pois, concerne a sucessores de ativos ou inativos), onde o acréscimo é de Cr\$ 45.000.000,00.

Nas dotações destinadas à manutenção dos serviços permanentes, o projeto, ao contrário, só oferece reduções em relação ao autorizado para 1959.

No que tange a esse aspecto, estamos convencidos de que a discussão, ocorrida na Câmara dos Deputados em torno dos recursos necessários às obras de reparos no Porta-Aviões "Minas Gerais", sacrificou, até certo ponto, o cuidadoso exame do orçamento da Marinha para a manutenção de seus serviços permanentes, inclusive os relacionados com obras e instalações, cujos recursos, para 1960, como vimos,

foram evidentemente reduzidas. A tendência, no caso, é justamente a oposta, do que se vem passando nos demais subanexos.

Quando os valores orçamentários perdem substância, mercê do processo inflacionário e dos aumentos sucessivos dos preços de materiais e serviços, razão outra e nem suficiente encontramos para as reduções apontadas.

A Marinha foi certamente levada a ceder ante o impacto da referida discussão, sentindo-se desamparada para propor a recomposição do seu orçamento para 1960 em termos reais.

Apontando a citada consequência desejamos, apenas, como relator da matéria nesta Comissão, assinalar, a título de conclusão, que nos sentimos à vontade para acolher, como o fazemos as reivindicações desse tradicional setor das Forças Armadas, tanto no que se refere ao complemento dos recursos destinados ao Porta-Aviões "Minas Gerais", como no que concerne às demais verbas permanentes".

NUMERARIO REQUISITADO

DATA	QUANTIA	DESTINO	EQUIVALENTE EM US\$ DÓLAR
8-11-56	£ 550.000	Pet.º nav.	1.485.000,00
23-11-56	£ 100.000	Reboque	270.000,00
TOTAL EM 1956			1.755.000,00

ANO TODO	US\$	Vencimentos e Vantagens	447.671,00
24-5-57	£ 900.000	Obras	2.430.000,00
14-12-57	£ 700.000	Pgt.º nav.	1.890.000,00
2-10-57	FL 744.097,30	Obras	195.815,00
9-9-57	US\$ 7.000,00	Gêneros	7.000,00
18-1-57	US\$ 50.000,00	F. Reserva	50.000,00
28-12-57	US\$ 7.000,00	Gêneros	7.000,00

TOTAL EM 1957

5.027.486,00

6-3-58	US\$ 1.362.422,00	Pgt.º 3.ª Prest.	1.368.422,00
19-3-58	£ 38.000	Pgt.º prest. Catapulta	106.400,00
3-4-58	US\$ 170.360,00	CNBW - Eq. Elet.	170.360,00
11-4-58	£ 17.800	Sobres. Catap.	49.440,00
24-4-58	£ 20.000	Catapulta	56.000,00
2-5-58	US\$ 715.000,00	CNBW - Eq. Elet.	715.000,00
9-5-58	US\$ 494.021,00	CNBW - Eq. Elet.	494.021,00
27-5-58	US\$ 103.791,00	CNBW - Eq. Elet.	103.791,00
28-5-58	US\$ 1.400.000,00	Pgt.º 4.ª Prest.	1.400.000,00
13-6-58	£ 43.000	Sobressalente	120.400,00
30-6-58	£ 80.000	Equipamento	224.000,00
15-8-58	£ 12.900	Obrig. Contrato	36.120,00
14-10-58	US\$ 1.858,00	Pgt.º 5.ª prest.	1.858.000,00
26-11-58	£ 109.000	Obras	280.000,00
19-12-58	£ 50.000	Obrig. Contrato	140.000,00
ANO TODO	US\$ 641.480,00	Vencimentos e Vantagens	641.480,00
	US\$ 4.500,00	Gêneros	4.500,00
11-9-58	US\$ 6.000,00	Gêneros	6.000,00

TOTAL EM 1958

7.774.334,00

8-59	US\$ 10.000	Gêneros	10.000,00
15-1-59	US\$ 6.000	Gêneros	6.000,00
5-2-59	£ 20.000	Obrig. Cont.	56.000,00
27-2-59	US\$ 3.330.000	Pgt.º 6.ª Prest.	3.330.000,00
12-5-59	US\$ 6.000	Gêneros	6.000,00
	US\$ 56.000	Obras	56.000,00
9-7-59	US\$ 3.330.000	Prest.º 7.ª prest.	3.330.000,00
Até 30-8-59	US\$ 562.515	Vencimentos e Vantagens	562.515,00

TOTAL EM 1959 — até 30-8-59

7.356.515

TOTAL GERAL REQUISITADO ATÉ 30-8-1959

21.913.335,00

Se observarmos os Orçamentos dos últimos anos, veremos que, em 1952, por exemplo, o Ministério da Marinha contava com 10% do orça. ento global da República; em 1953, 8%. E assim sucessivamente, entre 6,50% e 7,69% até 1960 ou, seja no presente orçamento com 6,74%, apesar do fator inflacionário e da aquisição do porta-aviões "Minas Gerais".

Ora, Sr. Presidente, a aquisição do porta-aviões não importou na despesa anunciada pela imprensa, gerando desconflanças entre a população mal informada. Não foi um gasto da ordem de 87 milhões de dólares e sim de 30 milhões. O porta-aviões custou somente US\$ 29.707.587,00, incluindo despesas de aquisição, prestações, reparos, modernização, equipamento, vencimentos e vantagens e até gêneros de primeira necessidade.

Quero deixar consignado nos Anais do Senado, para conhecimento dos Srs. Senadores e como reafirmação perante o povo brasileiro, que esse navio de guerra foi adquirido em dezembro de 1956. "Dia do Marinheiro". Já tendo sido pagas as seguintes parcelas, conforme tabela anexa:

NAEL "MINAS GERAIS"

TABELA II

DATA	QUANTIA	DESTINO	EQUIVALENTE EM US\$ DÓLAR
27-11-57	£ 4.601	F. Reserva	12.430,00
27-12-57	Fl. 20.371,65	F. Reserva	5.361,00
TOTAL EM 1957			17.791,00
13-2-58	Fl. 5.059,30	F. Reserva	1.332,00
24-2-58	Fl. 35.582,55	F. Reserva	9.364,00
TOTAL EM 1958			10.696,00
TOTAL DA TABELA II			28.487,00

Soma dos totais das Tabelas I e II	US\$ 21.941.822,00
Dinheiro em Banco	US\$ 4.620.783,00
Total efetivamente dispendido (até 30-8-59)	US\$ 17.321.037,00
Despesa prevista de 30-8-59 até o fim	US\$ 12.386.550,00
CUSTO TOTAL	US\$ 29.707.587,00

Ou seja em números redondos US\$ 30.000.000,00, e não 87 milhões de dólares como se apregou em entrevistas e se procura confundir o povo brasileiro.

Devo realçar que o custo de manutenção e operação do "Minas Gerais" não virá acarretar novas despesas ao erário público.

As despesas com pessoal não serão aumentadas com a aquisição do porta-aviões pois a Marinha não terá aumento de efetivo.

Para dispor do pessoal necessário a Marinha deu baixa em vários navios obsoletos e que não mais possuíam significado militar e o pessoal dessas velhas unidades passará a servir no nosso porta-aviões.

Além disso, o orçamento da Marinha não foi aumentado para a operação e manutenção do porta-aviões, pois que essa despesa será parcialmente coberta com a economia feita nos vários navios que tiveram baixa.

O equipamento eletrônico, o armamento necessário serão fornecidos sem indenização pelo Governo Norte-Americano, devido aos compromissos e tratados existentes.

Em síntese, Sr. Presidente, o porta-aviões "Minas Gerais" custou ... 29.707.587 dólares, computadas todas as despesas de aquisição, modernização, pessoal, vencimentos, gêneros alimentícios etc. Foi adquirido mediante concorrência e fiscalização dos competentes órgãos e autorizado pelo Estado Maior das Forças Armadas com as devidas consultas e anuências do Poder Executivo: Presidentes Getúlio Vargas, Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek.

Desnecessária seria a audiência do Congresso Nacional ou do Poder Legislativo, que de modo indireto já legislou nesse sentido quando da criação das Forças Armadas e de suas atribuições, criando o Estado Maior das Forças Armadas, o Conselho Nacional de Segurança, o Fundo Naval, o Estado Maior da Armada etc.

O Brasil com a compra do porta-aviões cumpriu honrosamente os tratados e compromissos externos. Deixo, Sr. Presidente, de estender-me mais e de aqui se vá a re-

lação à integração do navio aerodromo "Minas Gerais" na nossa Marinha de Guerra, porque já o fez o eminente Líder da Maioria, Senador Jefferson de Aguiar, em brilhante discurso, abordando a legitimidade de sua aquisição, e o que significa esse porta-aviões para a defesa de nossas águas territoriais, auxiliando a fiscalização de nossa navegação marítima, modernização, e treinamento de nossa Marinha de Guerra e o significado dessa poderosa arma na última guerra.

Sr. Presidente, retornando, com pertinência, à discussão e votação da emenda do eminente Senador Coimbra Bueno, que manda suprimir do anexo a quantia de Cr\$ 222.000.000,00 para pagamento e adaptações do porta-aviões "Minas Gerais" e sugerindo na sua justificação que esse crédito venha constituir projeto de lei especial para que o País honre os compromissos assumidos no exterior.

Manifestei-me, como relator do anexo, contra a referida emenda, a fim de que no presente orçamento sejam aprovados os créditos necessários à Marinha e ao pagamento, quanto antes, do débito no exterior ou seja a última prestação do pagamento do porta-aviões.

Uma nova lei e a abertura de créditos especiais pelo Congresso não se justificam pela demora de sua tramitação regimental na Câmara Federal e no Senado da República e principalmente porque o pagamento do débito sendo em dólar ficará a Nação à mercê das variações do mesmo no câmbio livre. Conforme dados obtidos na Bolsa de Valores o valor médio do dólar no câmbio livre era em 1956, por ocasião da compra do porta-aviões de Cr\$ 87,75 em 1957 de Cr\$ 75,67, em 1958 de 130,06 e em 1959 Cr\$ 145,33.

Assim Sr. Presidente, voto contra a referida emenda, como relator da matéria, e o Senado da República assim procedendo prestigiará, como

tem demonstrado em sua Alta-Soberania, a nossa heroica e tradicional Marinha de Guerra. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

EMENDAS DO SR. GILBERTO MARINHO, AO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, QUE SE PUBLICAM POR OMISSÃO NO D.C.N. Nº 187, DE 24-11-59 — PÁGINA 2.931 — 3ª COLUNA.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Senhor Presidente, no avulso das emendas ao Orçamento do Ministério da Educação, houve omissão das emendas de minha autoria, de ns. 721 a 726, cujas cópias envio à Mesa, solicitando sua publicação no "Diário do Congresso" e inclusão na redação final.

São as seguintes as emendas omitidas:

Nº 721

09.04.02 — Divisão do Orçamento.
2.0.00 — Transferências.
2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
2.1.01 — Auxílios.
7) — Outras entidades.

Inclua-se:

Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas — Cr\$ 10.000.000,00.

Nº 722

09.04.02 — Divisão do Orçamento.
2.0.00 — Transferências.
2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
2.1.01 — Auxílios.
7) — Outras entidades.

Nº 726

09.04.02 — Divisão do Orçamento.
2.0.00 — Transferências.
2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
2.1.01 — Auxílios.
7) — Outras entidades.

Inclua-se:

Escola Santa Madalena Sofia do Alto da Boa Vista	200.000,00
Ginásio Maria José Imperial	1.000.000,00
Centro de Estudos Econômicos	100.000,00
Escola Milka	500.000,00
Academia Brasileira de Medicina Militar	100.000,00
Academia Brasileira de Ciências	100.000,00
Academia Brasileira de Filosofia	100.000,00
Academia Nacional de Medicina	100.000,00
Ação Paroquial de Assistência da Matriz de São Sebastião	200.000,00
Ação Social Arquidiocesana (A.S.A.)	200.000,00
Ação Social Dominicana do Leme	200.000,00
Ação Social São Roque	200.000,00
Ação Social São Roque (Vila Valqueire)	200.000,00
Aloisianum	200.000,00
Amparo Teresa Cristina	200.000,00
A Pequena Cruzada de Santa Terezinha do Menino Jesus	200.000,00
Asilo Bom Pastor	200.000,00
Associação Aliança dos Cegos	200.000,00
Associação Beneficente dos Funcionários da Justiça no Distrito Federal	200.000,00
Associação Brasileira de Assistência Social	200.000,00
Associação Brasileira de Escritores	200.000,00
Associação Brasileira de Juristas Democratas	200.000,00
Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro	200.000,00
Associação do Pão dos Pobres de Santo Antônio da Freguesia de São Cristóvão	200.000,00
Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	200.000,00
Associação dos Ex-Combateres do Brasil	200.000,00
Associação dos Pais de Família	200.000,00
Associação São Vicente de Paulo mantenedora do Dispensário e Ambulatório Medalha Milagrosa	200.000,00
Associação União Geral dos Cegos	200.000,00
Biblioteca Infantil "Carlos Alberto"	200.000,00
Caixa do Estudante Pobre do Brasil	200.000,00
Casa de São João Batista da Lagoa	200.000,00
Casa do Padre Damião	200.000,00
Casa do Pobre de N. S. de Copacabana	200.000,00
Casa dos Artistas	1.000.000,00
Casa Luiza Marião	200.000,00
Casa N. S. da Paz para obras sociais — Ipanema	200.000,00
Casa São Luiz da Velhice em São Cristóvão	200.000,00

Inclua-se:

Associação Beneficente do Instituto Brasileiro de Reeducação Motora — Cr\$ 200.000,00.

Nº 723

09.04.02 — Divisão do Orçamento.
2.0.00 — Transferências.
2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
2.1.01 — Auxílios.
7) — Outras entidades.

Inclua-se:

União Maria Auxiliadora do Distrito Federal — Cr\$ 2.000.000,00.

Nº 724

09.04.02 — Divisão do Orçamento.
2.0.00 — Transferências.
2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
2.1.01 — Auxílios.
7) — Outras entidades.

Inclua-se:

Casa do Estudante do Brasil — Cr\$ 1.000.000,00.

Colégio da Imaculada Conceição — Cr\$ 2.500.000,00.

Obra da Adoração Noturna — Matriz de Sant'Anna — Cr\$ 5.000.000,00.

Nº 725

09.04.02 — Divisão do Orçamento.
2.0.00 — Transferências.
2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
2.1.01 — Auxílios.
7) — Outras entidades.

Inclua-se:

Academia de Música Lorenzo Fernandez — Cr\$ 500.000,00.

Escolinha de Arte do Brasil — Cr\$ 500.000,00.

Centro de Cultura Econômica — Cr\$ 200.000,00.

Casa São Luiz para a Velhice, Instituição Visconde Ferreira d'Almeida	200.000,00
Centro D. Vital	200.000,00
Centro Pró-Melhoramento de Oswaldo Cruz	200.000,00
Centro Pró-Melhoramento de Ricardo de Albuquerque	200.000,00
Casa dos Expostos	200.000,00
Centro Social Feminino — Dominicanas — Rua Real Grandeza	200.000,00
Colégio Marechal Dias	200.000,00
Colégio São Marcelo — Estrada da Gávea, 48	200.000,00
Colégio Stela Maris	200.000,00
Cruzada pela Infância do Leme	200.000,00
Devoção de N. S. da Piedade, da Igreja da Santa Cruz dos Militares	200.000,00
Dispensário da Medalha Milagrosa	200.000,00
Dispensário São José	200.000,00
Escola N. S. da Penha de França	200.000,00
Escola Pre-Vocacional da Paróquia N. S. das Graças, em Realengo	200.000,00
Escola Profissional D. Bosco	200.000,00
Escritório Técnico de Assessoria Legislativa	200.000,00
Federação das Bandeirantes do Brasil	200.000,00
Fundação Cardeal Leme	200.000,00
Funda Darcy Vargas	200.000,00
Fundação Getúlio Vargas	200.000,00
Instituto Arruda Câmara — Santíssimo	200.000,00
Lar de Teresa Cristina — Meyer	200.000,00
Obra de Missão Social	200.000,00
Obra do Estudante Pobre do Colégio Militar	200.000,00
Obra Social "Casa Padre Damião"	200.000,00
Obra Social São Geraldo Najella	200.000,00
Obra Social São João Bosco	200.000,00
Obras de Assistência Social da "Ação Social de Vila Pompeia", de Ricardo de Albuquerque	200.000,00
Obras de Assistência Social da "Ação Social São José", de Ricardo de Albuquerque	200.000,00
Obras Sociais da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas	200.000,00
Obras Sociais da Federação das Congregações Marianas do Rio de Janeiro	200.000,00
Obras Sociais da Igreja São Judas Tadeu	200.000,00
Obras Sociais da Matriz de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel	200.000,00
Obras Sociais da Matriz de São Cosme e São Damião — Rua Leopoldo, 434	200.000,00
Obras Sociais da Paróquia de Santa Cruz	200.000,00
Obras Sociais da Paróquia de Santa Margarida Maria	200.000,00
Obras Sociais da Paróquia de Vila Valqueire	200.000,00
Obras Sociais do Instituto Pio XII — Rua Real Grandeza, 87	200.000,00
Obras Sociais Nossa Senhora da Piedade — Paróquia Nossa Senhora da Piedade	200.000,00
Ordem dos Missionários da Salette	200.000,00
Orfanato Luiza de Marillac	200.000,00
Orfanato Padre Leonardo Carrescia	200.000,00
Orfanato São José	200.000,00
Organização das Voluntárias	200.000,00
Paróquia de São Paulo Apóstolo, para obras sociais	200.000,00
Patronato Operário da Gávea	200.000,00
Pequena Cruzada	200.000,00
Pequena Obra de Nossa Senhora Auxiliadora	200.000,00
Pequeno Lar São José	200.000,00
Pia Associação das Damas de Caridade da Matriz de Nossa Senhora do Loreto, em Jacarepaguá	200.000,00
Pia Associação das Damas de Caridade da Matriz de Santo Antonio Maria Zaccarias, em Jacarepaguá	200.000,00
Recreio Pindorama	200.000,00
Serviço de Obras Sociais (S. O. S.)	200.000,00
Sociedade Propagadora das Belas Artes — Liceu de Artes e Ofícios	1.000.000,00
Sociedade Providência dos Desamparados	200.000,00
União dos Cegos de Brasil	200.000,00
União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil	200.000,00
Colégio Maria Imaculada das Operárias de Jesus	1.000.000,00
Externato Geremário Dantas	1.000.000,00
Centro Juvenil São Carlos	100.000,00
Escola Militar de Artes e Ofícios	200.000,00
Ginásio Maria José Imperial	1.000.000,00
Sociedade Missionária N. S. Consoladora — Obras Sociais da Paróquia de Mangueira	500.000,00
Associação dos Antigos Alunos dos Irmãos Lassalistas	500.000,00
Hospital Santa Catarina de Alexandria	500.000,00
Santuário N. S. do Rosário de Fátima	500.000,00
Colégio Sacré Coeur de Marie	200.000,00

Solicito, ainda, Senhor Presidente, a seguinte retificação à redação final da emenda nº 603, na qual foi omitido o 3º item, que é o seguinte:

— Instituto de Aperfeiçoamento Médico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (para o Departamento de Cirurgia Torácica) — Cr\$ 10.000.000,00.

O SR. PRESIDENTE:

As emendas dos nobres Senadores Daniel Krieger e Fausto Cabral, vão à Comissão de Redação. A de autoria do nobre Senador Gilberto Marinho deve ser considerada em duas partes. A primeira irá também à Comissão de Redação, e a outra parte fica retida na Mesa, para estudo da matéria.

Continua a discussão do Orçamento do Ministério da Educação e Cultura, constantes do Parecer 785. (Pausa).